



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE PAPEL E CARTÃO

CIRCULAR 4/2008/FT

Espinho, 15 de Abril de 2008

Ex.mo Associado

Serve o presente para informar que foi hoje publicado no Diário da República o **Decreto-Lei n.º 71/2008**, que estabelece o SISTEMA DE GESTÃO DO CONSUMO DE ENERGIA POR EMPRESAS E INSTALAÇÕES CONSUMIDORAS INTENSIVAS, o qual veio assim revogar os Decretos-Leis n.os 58/82, de 26 de Novembro, e 428/83, de 9 de Dezembro, bem como a Portaria n.º 359/82, de 7 de Abril.

O regime previsto no presente decreto-lei aplica-se às instalações consumidoras intensivas de energia (CIE) que no ano civil imediatamente anterior tenham tido um consumo energético superior a 500 toneladas equivalentes petróleo (**500 tep/ano**), com excepção das instalações de co-geração juridicamente autónomas dos respectivos consumidores de energia. Lembramos que na anterior legislação, o limiar de aplicação era de 1000 tep/ano!

Este regime poderá ainda ser aplicável às empresas que tendo um consumo energético inferior aos limites previstos pretendam, de forma voluntária, celebrar Acordos de Racionalização de Consumo de Energia (ARCE).

O operador abrangido por este diploma fica assim sujeito às seguintes obrigações:

a) Promover o registo das instalações (através de formulário disponibilizado no site da ADENE. O registo é promovido no prazo de 4 meses contados do final do primeiro ano em que a instalação atinja o estatuto de CIE ou, se já verificado à data da entrada em vigor do presente diploma, até 15 de Outubro de 2008);

b) Efectuar auditorias energéticas (AE) (é obrigatória a realização das seguintes AE's):

- i) CIE's > 1000 tep/ano, com uma periodicidade de 6 anos, a 1ª deve ser realizada no prazo de quatro meses após o registo.
- ii) 500 tep/ano < CIE's < 1000 tep/ano, com uma periodicidade de 8 anos, a 1ª deve ser realizada no ano seguinte ao do registo.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE PAPEL E CARTÃO

- c) Elaborar Planos de Racionalização do Consumo de Energia (PREn), apresentando -os à ADENE (nos 4 meses seguintes ao vencimento do prazo para a realização da AE);
- d) Executar e cumprir os PREn aprovados, sob a responsabilidade técnica de um técnico credenciado.

O operador que explore instalações CIE sujeitas ao PNALE fica isento do cumprimento das obrigações previstas no número anterior.

O presente diploma estabelece ainda disposições relativas a estímulos e incentivos à promoção da eficiência energética para os utilizadores abrangidos pelo CELE ou que realizem ARCE, nomeadamente através da isenção do ISP aplicável aos combustíveis industriais e do ressarcimento de custos de auditorias energéticas obrigatórias e de investimentos realizados em equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia.

A violação de qualquer das obrigações previstas neste diploma constituem contra-ordenações, puníveis com coimas que poderão ir de 150€ até 3500€, as quais podem dobrar no caso de se tratar de pessoas colectivas.

Como habitualmente, os Associados interessados em verificar a abrangência deste diploma e/ou a dar cumprimento aos requisitos nele exigidos, poderão contactar o secretariado na ANIPC que estará disponível para esclarecimentos adicionais e/ou apoio técnico sobre esta matéria.

Sem mais de momento, apresentamos os melhores cumprimentos e subscrevemo-nos,

Muito Atentamente
O Departamento de Ambiente da ANIPC

(Cristina Ribeiro)